

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Processo SAP nº 1000000095

Assunto: Contratação de 16 vagas para o curso “PLANEJAMENTO DE TIC, PETIC E PDTIC NA PRÁTICA”, organizado pela Brasil Soluções em Capacitação Ltda.

Interessados: APPA/GTEC/DDE/DPR

Parecer Jurídico nº 222/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO. ART. 30, RILC. REQUISITOS ATENDIDOS.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de intenção de contratação direta, por inexigibilidade de instauração de certame licitatório, de 16 vagas para participação no curso “PLANEJAMENTO DE TIC, PETIC E PDTIC NA PRÁTICA”, que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30 de setembro a 03 de outubro de 2024, com a carga horária de 16 horas, pela empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA, no valor total de R\$ 26.280,00 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta reais).

2. O protocolo veio instruído com os seguintes documentos:

DOCUMENTOS
CI 4889/2024 da GTEC
Termo de Referência
Apresentação e proposta Comercial
Comprovação de vantajosidade
Documentos de regularid. fiscal e jurídica

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Aprovação do Diretor da DAF
Manifestação CDESP
Aprovação do TR e autorização fase interna DPR
Manifestação COLIC
Manifestação CSUPR
Declaração de Adequação Orçamentária
Minuta contratual

3. Com os documentos acima relacionado, o processo foi remetido à DJU para análise jurídica.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém,

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

9. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

10. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

11. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

12. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

13. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

14. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III. DO MÉRITO

III.1 DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REQUISITOS ATENDIDOS. POSSIBILIDADE.

15. Conforme exposto inicialmente, trata-se de solicitação de contratação de 16 vagas para participação no curso “PLANEJAMENTO DE TIC, PETIC E PDTIC NA PRÁTICA”, que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30 de setembro a 03 de outubro de 2024, com a carga horária de 16 horas, pela empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 1.642,50 por participante, totalizando R\$ 26.280,00 (vinte e seis mil duzentos e oitenta reais).

16. De acordo com o quadro apresentado no termo de referência, os colaboradores que participação do curso são:

N.	Colaborador	Setor	Matrícula
1	Cláudio Augusto dos Santos	GTEC	C 9905
2	Ricardo Quinholi Moscardi	GTEC	P 2207
3	William Koch	GTEC	P 2159
4	Bruna Pereira Nicolau	GPLANES	C 9873
5	Eduardo Domanski dos Santos	UASP	P 2087
6	Fabrizio Monfort Barboza	SUPGOV	P 2058
7	Felipe Zacharias	DMA	C 9847

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

8	Rafael Salles Cabreira	DMA	C 9805
9	Lucas Gomes Gonçalves	DEM	P 2080
10	Matheus Luis Arnoni Mendes	DEM	C 9880
11	Luciano da Cruz Rosina	DDE	C 9800
12	Marco Antônio Fernandes dos Reis	DDE	P 2170
13	Yasmin Carlim Antunes	DJU	C 9740
14	Aline Rylander	GTEC	P 2203
15	Matheus Ricardo Massuki	CAUDI	P 2173
16	Tamara Martins Lemos	CAUDI	P 2188

17. No que se refere à contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, dispõe o art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

18. É oportuno registrar que quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, deve-se ter como fundamento a ausência de pluralidade de potenciais executores do encargo ou a impossibilidade de definir critérios objetivos de julgamento.

19. Nesse viés, a formatação de um curso depende de aspectos incomparáveis, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a qualificação dos professores, entre outros.

20. No caso em análise, o Termo de Referência expôs as seguintes justificativas para a presente contratação:

- 4.1. Atualmente foi designado pela Portaria 052/2024-APPA o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI), para atender a necessidade de instituir um sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Segurança de Dados para atuar frente às demandas de mercado, normativas, desempenho de negócio, segurança da informação e alinhamento estratégico com a alta direção (Plano Estratégico da APPA).
- 4.2. Diante disso, justifica-se a contratação do curso "Planejamento de TIC, PETIC e PDTIC" para capacitar os colaboradores/membros do Comitê designado pela Portaria 052/2024-APPA e demais colaboradores envolvidos na Governança de TI da APPA, para auxiliar na elaboração dos documentos referentes ao tema (Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de TI, dentre outros).
- 4.3. A área de TIC está em constante evolução, com novas tecnologias, práticas e regulamentações surgindo regularmente. Este curso oferecerá uma oportunidade valiosa para atualizar o conhecimento de nossa equipe em relação às práticas mais recentes na área de TIC e na elaboração prática dos documentos de governança de TI que visam:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

- 4.3.1. Melhoria na gestão e planejamento de TIC;
- 4.3.2. Melhoria dos processos;
- 4.3.3. Aperfeiçoamento das competências dos colaboradores;
- 4.3.4. Compliance e conformidade;
- 4.3.5. Aumento da eficiência e redução de custos;
- 4.3.6. Melhoria na gestão de projetos;
- 4.3.7. Fomento à inovação;
- 4.3.8. Facilitação da transformação digital e etc.;
- 4.4. Investir na qualificação profissional de nossa equipe demonstra nosso compromisso com a excelência e a conformidade em todas as áreas de atuação. Além disso, demonstra nosso reconhecimento da importância estratégica da área de TIC alinhada ao Plano Estratégico da organização para o sucesso de nossas operações e iniciativas.
- 4.5. Ao investir na qualificação dos profissionais envolvidos na Governança de TI, a Administração Pública demonstra seu compromisso com a eficiência, transparência e probidade na gestão dos recursos públicos, fortalecendo os princípios da legalidade e da economicidade. Ademais, a capacitação contínua dos servidores contribui para a modernização e profissionalização dos processos administrativos, promovendo uma cultura organizacional voltada para a excelência e a inovação.
- 4.6. Portanto, a contratação de um curso especializado em Planejamento de TIC, é um investimento estratégico e necessário para o aprimoramento dos processos e contratações de TI, visando o alcance de resultados mais eficazes e a prestação de serviços de qualidade.

21. Adicione-se que o termo de referência traz elementos que denotam a notória especialidade da empresa que se pretende contratar. Confira-se trecho da justificativa da escolha do fornecedor:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

11.2. Enfatiza-se também a notória especialização da BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO que atua na realização de eventos, treinamentos e soluções na área da administração pública. É reconhecida no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes. Uma empresa que trabalha com conteúdo programático atualizado e de qualidade, elaborado e ministrado por gabaritada equipe de professores de competência comprovada pela formação acadêmica e experiência profissional.

11.3. Como se observa na proposta apresentada pela empresa, o(s) palestrante(s) do evento apresenta(m) currículo notório, disponível em:

<https://brasilcapacitacao.com.br> com coordenação técnica de profissionais de renome no mercado, como se verifica adiante:

Palestrante/professor: Walter Luis Araújo da Cunha Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Gestão de projetos (FGV). Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFCU). Professor e Palestrante sobre Governança Pública, Teletrabalho, Gestão de Segurança da Informação e de Contratações de TIC.

11.4. Em relação à notória especialização, a BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO, obtém reconhecimento pelo mercado da qualidade e confiança das informações e soluções produzidas pela mesma legítima a sua notória especialização.

22. Ainda, insta mencionar o conteúdo programático exposto na proposta comercial:

Estratégia

Conceitos de Governança e de Estratégia;
Fases do Planejamento Estratégico;
Riscos Estratégicos;
Cenários prospectivos.

Planejamento Estratégico

Metodologias de Planejamento Estratégico: PES, BSC e OKR;
Referenciais Estratégicos: Mapa Estratégico e Cadeira de Valor;
Desdobramentos (Tático e Operacional);
Monitoramento e Avaliação Estratégica.

Gerenciamento de Projetos

Definição de Projetos, de Programas e de Portfólios;
Priorização de Projetos;
Ciclo de Vida dos Projetos;
Metodologias de Gerenciamento de Projetos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Governança de Portfólio

Gestão de Capacidade;
Prospecção de Projetos;
Priorização de Projetos;
Cronograma.

PETI(C)/PDTI(C)

Referências para o PETI(C)/PDTI(C): PEI, EGD, ENTIC-JUD, EFD etc.;
Ciclo de Elaboração e de Atualização do PDTI(C);
Portfólio Prioritário e Sub portfólios do PDTIC (PTD, PDA etc.);
Monitoramento, Controle e Avaliação do Plano Estratégico.

Oficinas de auxílio à elaboração do PDTI(C)

23. Assim, diante de todas estas informações, vê-se que o objeto que se pretende contratar envolve elevado grau de especialidade e técnica em seu núcleo, aspectos que, pela subjetividade, são incomparáveis.

24. Por outro lado, convém destacar que, em que pese seja prescindível a realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

25. Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar”.
(Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

26. Conforme depreende-se da instrução processual, o valor a ser pago pela APPA por cada participante é de R\$ 1.642,50, enquanto que, de acordo com informações do site¹, o valor hoje cobrado dos demais participantes é de R\$ 2.190,00:

¹ <https://brasilcapacitacao.com.br/online-planejamento-de-tic-petic-e-pdtic-na-pratica-2/>
Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Conteúdo programático

1. Estratégia

2. Planejamento Estratégico

3. Gerenciamento de Projetos

4. Governança de Portfólio

5. PETI(C) / PDTI(C)

6. Oficinas de Auxílio à Elaboração do PDTI(C)



Professor
Walter Luis Araujo da Cunha

Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), MBA em Gestão de projetos (FGV), Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFCU), Professor e Palestrante sobre Governança Pública, Teletrabalho, Gestão de Segurança da Informação e de Contratações de TIC.

Investimento

R\$ 2.190,00

Inscriva-se

Saiba Mais

27. Dessa forma, a DJU entende que restam preenchidos os requisitos para a contratação direta ora pretendida.

28. No que tange à elaboração de instrumento formal escrito (contrato), recomendamos a formalização do contrato nos termos da minuta anexa.

29. Por razões didáticas, apresenta-se tabela que sintetiza o preenchimento dos requisitos dispostos no art. 79 e 80 do RILC da APPA quanto aos elementos mínimos para instrução do processo de contratação direta:

REQUISITOS DA INSTRUÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA ARTs. 79 e 80, RILC	OBS.
Art. 79 As justificativas referentes às contratações diretas deverão ser aprovadas pela Diretoria do setor requisitante e autorizada pelo Diretor Presidente	Atendido

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Atendido
II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica
III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	Atendido
IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;	Atendido
V – declaração de disponibilidade orçamentária;	Atendido
VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Parecer jurídico em apreço
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	Não se aplica
VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	Parcialmente atendido
IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.	Atendido

30. Feitas estas observações, e desde que atualizadas as certidões negativas quando da celebração contratual, entende-se que preenchidos os requisitos para a contratação direta ora pretendida.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

III.2 DA DISPENSA DE APROVAÇÃO PELO CONSAD.

31. No que se à necessidade de aprovação pelo CONSAD, conforme consta da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, restou fixado que a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

(...) Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos.

32. No presente caso, tendo em vista que o valor da contratação é de R\$ 26.280,00 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta reais), não é necessária a aprovação pelo CONSAD.

IV. CONCLUSÃO

33. Ante o exposto, conclui-se que o procedimento está apto a subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada acerca da contratação por inexigibilidade de licitação, enquadrando o serviço a ser prestado como “técnico especializado, com profissionais ou empresa de notória especialização”, notadamente de “treinamento e aperfeiçoamento de pessoal” (art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei nº 13.303/2016), dispensada a aprovação da contratação pelo CONSAD, eis que o valor da contratação é de R\$ 26.280,00 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta reais), ficando anotada a ressalva quanto à necessidade de atualizar as certidões negativas quando da celebração contratual, conforme exposto no §30.

34. Assim, encaminhamos o presente para análise e aprovação, sob o comando do Sr. Diretor Presidente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS

ANALISTA PORTUÁRIA – ADVOGADA

RODRIGO DI PIERO MENDES

PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS

DIRETOR JURÍDICO

COMUNICAÇÃO INTERNA 5296/2024.

Documento: **PARECERINEXIGIBILIDADECAPACITACAOPLANEJAMENTOTICSAP10000000095.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 24/07/2024 11:40, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 24/07/2024 11:47.

Assinatura Simples realizada por: **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 25/07/2024 10:45.

Inserido ao documento **890.735** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 24/07/2024 11:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8231108417c9bbb0efe6b61cd0ae9745.